

VOL IV

POR PALAVRAS E GESTOS A ARTE DA LINGUAGEM

Patrícia Vasconcelos Almeida
Mauriceia Silva de Paula Vieira
(Organizadoras)



EDITORA
ARTEMIS
2021

VOL IV

POR PALAVRAS E GESTOS A ARTE DA LINGUAGEM

Patrícia Vasconcelos Almeida
Mauriceia Silva de Paula Vieira
(Organizadoras)



**EDITORA
ARTEMIS
2021**



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Editora Executiva

M.^a Viviane Carvalho Mocellin

Direção de Arte

M.^a Bruna Bejarano

Diagramação

Elisângela Abreu

Revisão

Os autores

Organizadoras

Prof^a Dr^a Patricia Vasconcelos Almeida

Prof^a Dr^a Mauriceia Silva de Paula Vieira

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia

Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso

Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal

Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, México

Prof.^a Dr.^a Emilias Darlene Carmen Lebus, Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional, Argentina

Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco

Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, University of Miami and Miami Dade College, USA

Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros



Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín, Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Dr.ª Lúvia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa, Peru
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, Colômbia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P832 Por palavras e gestos [livro eletrônico] : a arte da linguagem vol IV / Organizadoras Patricia Vasconcelos Almeida, Mauriceia Silva de Paula Vieira. – Curitiba, PR: Artemis, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

Edição bilíngue

ISBN 978-65-87396-27-9

DOI 10.37572/EdArt_290121279

1. Linguística. 2. Letras. 3. Artes. I. Almeida, Patricia Vasconcelos II. Vieira, Mauriceia Silva de Paula.

CDD 469

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



EDITORA
ARTEMIS

2021

Editora Artemis

Curitiba-PR Brasil

www.editoraartemis.com.br

e-mail: publicar@editoraartemis.com.br

APRESENTAÇÃO

O volume 4 do livro **“Por Palavras e Gestos: A arte da Linguagem”** se constitui a partir da seleção e organização de trabalhos que envolvem processos de ensino da língua, questões sobre formação docente dos profissionais do ensino de língua e considerações diversas sobre a grande área de estudos que a Linguagem. Entrecortado por questões teórico-práticas que envolvem majoritariamente o ensino presencial, mas que também transita entre o ensino virtual e/ou híbrido, dando destaque aos letramentos que se fazem necessários para utilização das mídias digitais no contexto educacional, este volume oferece ao leitor oportunidades de repensar teorias e práticas pedagógicas. Considerando não somente o contexto de ensino da língua portuguesa, esta obra dá lugar também à língua brasileira de sinais, a língua crioula cabo-verdiana, bem como à outras manifestações da linguagem, tais como: arte, cinema e literatura. Respeitando diversos contextos sociais, históricos e culturais, alguns dos trabalhos se desdobram em compreender as razões que determinam ou influenciam manifestações linguísticas, construções morfossintáticas no campo da medicina e construções fonológicas do português brasileiro, bem como a importância da hermenêutica na linguagem jurídica. Toda essa diversidade de temáticas só vem a enaltecer a abrangência da área dos estudos da linguagem e ressaltar sua importância para academia.

Patricia Vasconcelos Almeida
Mauriceia Silva de Paula Vieira

SUMÁRIO

PARTE 1: PROCESSOS DE ENSINO E FORMAÇÃO DOCENTE

CAPÍTULO 1 1

RELAÇÃO ENTRE GESTÃO DO SABER CIENTÍFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA E A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE ENSINO EM BUSCA DA EXCELÊNCIA.

Eugénia Emília Sacala Kosi
Pedro Ângelo da Costa Pereira

DOI 10.37572/EdArt_2901212791

CAPÍTULO 2 14

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS E DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA CONCEPÇÃO DOS MULTILETRAMENTOS E DISCURSOS MULTIMODAIS

Hydelvídia Cavalcante de Oliveira Corrêa

DOI 10.37572/EdArt_2901212792

CAPÍTULO 3 25

BANQUETE “ROMEU E JULIETA”: UMA EXPERIÊNCIA ESTESIOLOGICA COM TEATRO E GASTRONOMIA

Fernanda Silva Zaidan
Raimundo Nonato Assunção Viana

DOI 10.37572/EdArt_2901212793

CAPÍTULO 4 38

PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE VIA AMPLIAÇÃO DO LETRAMENTO DIGITAL EM TEMPO DE PANDEMIA: CONCEITOS, EXPERIÊNCIA E AVANÇOS

Cleonice Maria Cruz de Oliveira
Marlon Teixeira de Faria

DOI 10.37572/EdArt_2901212794

CAPÍTULO 5 53

MEDIATIZACIÓN, NARRATIVIDAD Y PROCESOS EDUCATIVOS

Federico Buján

DOI 10.37572/EdArt_2901212795

CAPÍTULO 6 62

ESCREVER SOBRE ENSINO DE LEITURA: ANÁLISE DE DOCUMENTOS OFICIAIS

Alba Helena Fernandes Caldas
Cibele Moreira Monteiro Rosa

DOI 10.37572/EdArt_2901212796

CAPÍTULO 7..... 74

ENSINO DE LEITURA E ESCRITA EM AMBIENTE DIGITAL

[Carmen Pimentel](#)

DOI 10.37572/EdArt_2901212797

CAPÍTULO 8.....86

A SEMIÓTICA E AS INTERFACES DO MULTILINGUISMO: OS SOFTWARES *HAGÁQUÊ* E *AUDACITY* - PODCAST NO ENSINO CONTEMPORÂNEO

[Joelma Monteiro de Carvalho](#)

[Clisivânia Duarte de Souza](#)

[Waldemir Lima de Carvalho](#)

DOI 10.37572/EdArt_2901212798

PARTE 2: A LINGUAGEM E SUAS NUANCES

CAPÍTULO 996

ESTUDO SOBRE A LINGUAGEM, CLASSIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DOS GÊNEROS TEXTUAIS RADIOFÔNICOS

[Geane Cássia Alves Sena](#)

DOI 10.37572/EdArt_2901212799

CAPÍTULO 10.....110

DO DIÁRIO AO FACEBOOK: ITINERÁRIOS DA ESCRITA ÍNTIMA

[Carmen Pimentel](#)

DOI 10.37572/EdArt_29012127910

CAPÍTULO 11..... 123

EM RETALHOS DE MISSIVAS, A TESSITURA DE UMA REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA: “... VENHA VER, COMER, BEBER E RESPIRAR NORDESTE ...”

[Cristiane Maria Praxedes de Souza Nóbrega](#)

DOI 10.37572/EdArt_29012127911

CAPÍTULO 12..... 138

METÁFORAS EM LIBRAS

[Walkiria Neiva Praça](#)

[Adriana Dias Sambranel de Araujo](#)

DOI 10.37572/EdArt_29012127912

CAPÍTULO 13	151
LA SINGULAR RELACIÓN YO-TÚ COMO SUPUESTO DE LA EXPERIENCIA HERMENÉUTICA	
Saúl Mauricio Niveyro Linares	
DOI 10.37572/EdArt_29012127913	
CAPÍTULO 14	165
NOVAS FORMAÇÕES COM <i>BIO- E -ÍVORO</i> EM PORTUGUÊS	
Maria do Céu Caetano	
DOI 10.37572/EdArt_29012127914	
CAPÍTULO 15	175
APLICAÇÕES E RESULTADOS PRÁTICOS DE UM ALGORITMO FONOLÓGICO-PROSÓDICO-SILÁBICO PARA PORTUGUÊS BRASILEIRO	
Vera Vasilévski	
DOI 10.37572/EdArt_29012127915	
CAPÍTULO 16	192
UM ESTUDO SINTÁTICO-SEMÂNTICO DOS FORMATIVOS DE UNIDADES TERMINOLÓGICAS COMPLEXAS DO VOCABULÁRIO DA MEDICINA	
Bruna Moreira de Souza	
DOI 10.37572/EdArt_29012127916	
CAPÍTULO 17	205
DA REFERENCIAÇÃO À REFERENCIAÇÃO SEMIOTIZADA: UMA ABORDAGEM BAKHTINIANA	
Lícia Maria Bahia Heine	
DOI 10.37572/EdArt_29012127917	
CAPÍTULO 18	225
ASCENSÃO DO CRIOULO CABO-VERDIANO: <i>ESCOLHAS E/OU RESISTÊNCIA</i>	
Ivonete da Silva Santos	
Maria Helena de Paula	
DOI 10.37572/EdArt_29012127918	
CAPÍTULO 19	240
PETIÇÕES INICIAIS CRIMINAIS: UMA ANÁLISE LINGUÍSTICO-DISCURSIVA	
Magno Santos Batista	
DOI 10.37572/EdArt_29012127919	

CAPÍTULO 20	253
NÍSIA FLORESTA E A ESCRITA FEMININA NO SÉCULO XIX	
Luma Pinheiro Dias	
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz	
DOI 10.37572/EdArt_29012127920	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	264
ÍNDICE REMISSIVO	265

CAPÍTULO 18

ASCENSÃO DO CRIOULO CABO-VERDIANO: ESCOLHAS E/OU RESISTÊNCIA

Data de submissão: 17/12/2020

Data de aceite: 04/01/2021

Ivonete da Silva Santos

Universidade Federal de Catalão
em Transição

Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu*
Mestrado e Doutorado em
Estudos da Linguagem
Catalão/GO
<http://lattes.cnpq.br/9475011369057638>

Maria Helena de Paula

Universidade Federal de Catalão
em Transição

Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu*
Mestrado e Doutorado em
Estudos da Linguagem
Catalão/GO
<http://lattes.cnpq.br/6122217498972532>

RESUMO: O crioulo cabo-verdiano surgiu imerso em um contexto sociocultural e linguístico particular que se encarregou de moldá-lo conforme as necessidades comunicacionais emergentes no Arquipélago. Adequado a vida diária dos cabo-verdianos, o crioulo se apresenta como expressão cultural e linguística do próprio falante cabo-verdiano, representando-o como

pertencente ao Arquipélago. Apresentamos, neste estudo, uma discussão sobre a pertinência da ascensão do crioulo cabo-verdiano, bem como um argumento sobre a importância da sua oficialização. Sob essa perspectiva, abordaremos a temática a luz das políticas linguísticas, com base em conceitos de língua, cultura e identidade. Considerando o cenário bilíngue como o de Cabo Verde é importante promover reflexões que viabilizam a valoração legal de uma língua que sobreviveu sob um olhar que a minorizava e, por vezes, a menoriza, no sentido em que o crioulo tem resistido e se auto afirmado em um ambiente que não o tem como língua oficial.

PALAVRAS-CHAVE: Crioulo cabo-verdiano; Língua minoritária; Língua oficial.

RISE OF THE CAPE-VERDIAN CRIOULO: CHOICES AND / OR STRENGTH

ABSTRACT: The Cape Verdean Creole language was formed immersed in a particular sociocultural and linguistic context which shaped it according to the emerging communicational needs in the Archipelago. Suitable for the daily life of Cape Verdeans, Creole is a cultural and linguistic expression of the Cape Verdean speaker itself, representing it as belonging to

the Archipelago. We present, in this study, a discussion about the relevance of the rise of the Cape Verdean Creole language, as well as an argument about the importance of its officialization. From this perspective, we will approach the theme in the light of linguistic policies, based on concepts of language, culture and identity. Considering the bilingual scenario like that of Cape Verde, it is important to promote reflections that enable the legal valuation of a language that has survived under a view that misjudged it and, at times, underrated it, in the sense that Creole is resisting and asserting itself in an environment that does not have it as an official language.

KEYWORDS: Cape Verdean Creole; Minority language; Official language.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A afirmação cultural e linguística de um povo é marcada por eventos sociais e históricos que ligam o passado ao presente, e estes direcionam o futuro da comunidade respectiva. No processo de autoafirmação cultural e linguística os sujeitos figuram como agentes ativos indispensáveis, pois a comunidade é resultado da relação amálgama entre sujeito/cultura/ língua. Esta desempenha papel fundamental na construção das ditas “comunidades imaginadas” (ROCA; SOUSA; PONTE, 2018; ANDERSON, 1993).

Dessa forma, é preciso

entender a língua como lugar forjado pela história e pela identidade dos povos e assumir as possibilidades de intervir nesse processo para preservar a memória, são movimentos que requerem equilíbrio, assim como de uma aguda e constante observação dos fatos, tanto linguísticos quanto sociais, que afetam esse processo de intervenção nas línguas (ROCA; SOUSA; PONTE, 2018, p. 9).

Assim o crioulo cabo-verdiano surgiu imerso em um contexto sociocultural e linguístico particular que se encarregou de molda-lo conforme as necessidades comunicacionais emergentes no Arquipélago. Adequado a vida diária dos cabo-verdianos, o crioulo se apresenta como expressão cultural e linguística do próprio falante, representando-o como pertencente ao Arquipélago.

Com foco nisso, tencionamos apresentar uma discussão sobre a pertinência da ascensão do crioulo cabo-verdiano, bem como argumentar a importância da sua oficialização. Sob essa perspectiva, abordaremos a temática a luz das políticas linguísticas (CALVET, 2007), com base em conceitos de língua, cultura (HALL, 2011; PAULA, 2007; SIQUEIRA, 2015) e identidade (SILVA, 2014; RAJAGOPALAN, 2003; BAUMAN, 2005), considerando-as dentro de uma relação amálgama e inesperável.

Discutir sobre essas questões, considerando o cenário bilíngue como o de Cabo Verde, é, de certa forma, contribuir para reflexões que viabilizam a valoração legal de uma língua que sobreviveu sob um olhar que a minorizava e, por vezes, a minoriza, no sentido

em que o crioulo tem resistido e se auto afirmado por meio dos seus próprios usuários. E isso tem sustentado a sua existência. Mesmo não sendo a língua privilegiada o crioulo cabo-verdiano se mantém efetivo e eficiente no cotidiano cabo-verdiano. Na base dessa situação está a tensão entre a obrigatoriedade do uso de uma língua que serve para situações formais: o português e o uso efetivo de uma língua que não é a oficial, mas que serve a comunidade cabo-verdiana como símbolo de união nacional, funcionando também como fator de manutenção dessa união entre os falantes em território nacional e os que se encontram em diáspora (FREIRE, 2007; RAMOS, 2011; VILELA, 2005; VEIGA, 2013).

A língua cabo-verdiana é a própria expressão da identidade dos falantes que a usa, isto é, fator de identificação cultural e linguística (SILVA, 2014; RAJAGOPALAN, 2003; BAUMAN, 2005) do povo cabo-verdiano, tornando-o diferente dos demais povos do mundo, em especial das comunidades luso-portuguesas. Importa destacar que o processo de produção da identidade cabo-verdiana resiste a dois movimentos: por um lado, mantém-se fiel as características da miscigenação que a originou; por outro, sofre influências da situação sociolinguística que caracteriza o espaço onde atua. É indiscutível que a língua figura como elemento central nesse processo.

2. LÍNGUA E CULTURA: UMA RELAÇÃO CONSTITUTIVA DA IDENTIDADE

A língua é a própria expressão humana, transcendendo, até mesmo, a comunicação, isto é, ela é “a expressão mais elevada de nossa subjetividade e o espaço por excelência onde se elabora a nossa identidade individual e coletiva” (DAHLET, 1998, p. 121). De modo muito peculiar cada língua se apresenta por uma configuração formatada por escolhas e/ou resistências de caráter político, econômico e cultural (DAHLET, 1998). Isso quer dizer que nenhuma atividade comunicacional se dá sem ter como base um sistema linguístico. E este está para além do mero exercício da comunicação, pois existe no/ para os membros da comunidade que o usa.

Por ser a expressão e o espaço de elaboração da identidade, é a língua o caminho indispensável à sobrevivência do ser humano em comunidade, uma vez que a sua existência e uso depende das necessidades que permeiam tanto os interesses individuais, quanto os interesses coletivos.

Sendo a língua o principal instrumento de veiculação cultural, revelando a visão de mundo de um determinado povo (SIQUEIRA, 2015), é ela o resultado da interação amálgama entre comunidades socioculturalmente constituídas. Até porque, “a língua enquanto saber transmissível é saber cultural” (OLIVEIRA, 2006, p. 14). É, também, “um bem cultural, organizado sobre regras tácitas e coletivamente elaboradas e aceito pelos

grupos que dela se servem” (PAULA, 2007, p. 36). Em outras palavras, podemos dizer que “usar uma determinada língua ao invés de outra é comportar-se de uma forma ao invés de outra” (LYONS, 1981, p. 22).

É na dinâmica interacional que são elaboradas as identidades, assim no plural, já que estas não são unas e sim múltiplas. Isso porque o sujeito se insere em situações várias cotidianamente, ao passo que a sua inserção em cada uma delas modula as suas identidades. As identidades podem ser vistas como sendo um conjunto de significações. Significações estas resultantes das situações vivenciadas pelo sujeito. Em outras palavras, as identidades é resultado das atribuições emergentes no processo interacional.

A composição da identidade individual pode ser comparada ao quebra-cabeça, uma vez que cada peça que o constitui interagem para formar uma figura (BAUMAN, 2005). Ainda sobre essa questão, o autor reforça que a comparação entre a biografia e o quebra-cabeça só é pertinente se aquela for vista como este na sua incompletude. O que significa dizer que a identidade não está pronta e acabada, pois a sua existência depende das peças que emergirão das experiências do sujeito em situações futuras diversas. Podemos, então, dizer que a elaboração das identidades depende do tempo presente que se projeta no futuro e da conexão destes com o passado.

Silva (2014) defende que a produção da identidade só é possível quando em relação a diferença. Ou seja, a identidade é evidenciada em contraponto com o diferente. Isso porque “a identidade e a diferença não são entidades preexistentes, que estão aí desde sempre ou que passaram a estar aí a partir de algum momento fundador, elas não são elementos passivos da cultura, mas têm que ser constantemente criadas e recriadas” (SILVA, 2014, p. 96). Essa relação que, por vezes, não é harmônica, mas sim motivada pela disputa, é indispensável a concretização das identidades, sejam elas coletiva ou individual, linguística ou cultural. Essas últimas convivem em uma confluência expressivamente importante, porque a língua é, desde sempre, parte da cultura de um povo.

Dessa forma, a identidade, como um todo, para ser renovada, recriada ou mesmo mantida reclama a identificação do diferente, de “um Outro, já que as novas identidades só se criam a partir da exclusão das outras já existentes” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 75, grifos do autor). É importante pontuar também que as identidades são expressadas pelas línguas respectivas aos usuários (RAJAGOPALAN, 2003), fato este capaz de redefinir a própria identidade.

Como a língua ao ser apropriada por determinada comunidade é a própria cultura desse povo, ela atua por meio de um caráter representativo, revelando as nuances cultural e linguística que vigoram nessa comunidade, uma vez que toda comunidade se constitui culturalmente. Pois bem, a cultura “é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos,

seu 'trabalho produtivo'. Depende de um conhecimento da tradição enquanto 'o mesmo em mutação' e de um conjunto efetivo de genealogias" (HALL, 2011, p. 43, grifos do autor).

A cultura reclama uma relação íntima entre passado e presente, pois ela não é autossuficiente. Assim a cultura é um conjunto composto complexamente por representações de juízos ideológicos e dos sentimentos que se transmite no interior de uma comunidade. De modo geral, a cultura é um "conjunto de práticas sociais, situadas historicamente, que se referem a uma sociedade e que a fazem diferente de outra. Baseia-se na construção social de sentidos a ações, hábitos, objetos que possam a simbolizar aspectos da vivência humana em coletivamente" (PAULA, 2007, p. 74). Inevitavelmente, a significação é indispensável à cultura, sendo a diferença fator crucial àquela (HALL, 2011).

Portanto, não existe possibilidade de um olhar sobre a(s) língua(s) sem ter atenção, também, a cultura e as identidades que emergem dessa relação. Com isso, podemos afirmar que "se a língua está dentro de nós e se a língua é o ambiente social em que circulamos, não pode haver separação entre a linguagem e seu uso, entre quem fala e onde fala" (BAGNO, 2014, p. 16).

Desta feita, é indispensável à formação das identidades individual e coletiva o quesito linguístico e cultural, uma vez que a língua é uma característica definitiva do "eu", diferenciando-o do outro. Nesse contexto, a língua é a própria expressão cultural de uma determinada comunidade.

3. O CRIULO CABO-VERDIANO: DE LÍNGUA MINORITÁRIA À LÍNGUA OFICIAL

As, então, desconhecidas e inabitadas ilhas de Cabo Verde passaram a ser povoadas a partir de 1461, pelo advento escravocrata por intermédio dos portugueses. Lugar este que abrigou uma importante diversidade de línguas e culturas africanas, justamente com as dos europeus. E com isso,

dada a imposição cultural e política, as pessoas que tornaram parte na colonização do arquipélago eram originárias de diversas etnias, por isso, falavam diversas línguas e dialetos e, geralmente, não se entendiam entre elas. Para além disso, o dominador com o intuito de reduzir a resistência cultural e a força reivindicativa dos escravos, não permitia a concentração, num mesmo espaço geográfico, de elementos de uma mesma etnia (FREIRE, 2007, p. 22).

Diante desse cenário foi inevitável as adequações linguísticas empreendidas pelos escravos. Estes, na tentativa de promoverem o entendimento entre si, buscaram maneiras de vencer o conflito linguístico, o dito "desvio" da língua do colonizador: o português. Com o passar dos tempos "o novo meio de expressão" (FREIRE, 2007, p. 27), se configurou como a língua de Cabo Verde, ou melhor, o crioulo (Kriolu) cabo-verdiano. A sua formação

como língua teve como base o sistema linguístico do colonizador e, por isso, foi vista como uma possível “deturpação do português”, ao passo que a língua portuguesa, após a independência de Cabo Verde (1975), foi oficializada. Sendo o português a língua de instrução e da comunicação oficial, ficou à mercê da valorização do crioulo cabo-verdiano.

Aos poucos o crioulo cabo-verdiano foi se constituindo como língua nacional (século XX), efetivamente a língua do povo. Enquanto as instâncias superiores optaram por privilegiar o português como oficial, o povo escolheu pela valorização da língua cabo-verdiana como a mais importante para a comunicação no cotidiano, especificamente no domínio oral (RAMOS, 2011). Relação controversa e conflitante que emergiu do desejo dos cabo-verdianos em unirem-se como nação. Esse desejo motivou nos falantes cabo-verdianos um sentimento de pertença “a”, contrariando a ideia de um Arquipélago linguisticamente homogêneo, o que proporcionou um cenário sociolinguístico marcado pelo bilinguismo e não menos importante monolinguismo (VILELA, 2005). Segundo esse mesmo autor, aquele se deve a fluência tanto no português quanto no crioulo cabo-verdiano, sendo que este corresponde ao uso apenas da língua cabo-verdiana. Os valores linguísticos são importantes para o estabelecimento dos limites que definem as fronteiras imaginárias do “nós” pertencemos e do “nós” não pertencemos, servindo fundamentalmente para a identidade linguística.

A comunidade sob o ponto de vista da unidade é reflexo do reconhecimento do sentimento de “pertença a uma coletividade” que se apresenta como singular em relação ao “contexto das outras comunidades nacionais” (FIORIN, 2013). Por isso, a identificação de elementos simbólicos comuns à comunidade são fundamentais nesse processo, pois são esses elementos os responsáveis a caracteriza-la como particular em relação as demais (FIORIN, 2013). Esta como agregadora de diversos elementos simbólicos e materiais recobre a existência do “outro”, o diferente, numa linha contínua historicizada pelo passado em conformidade com o presente, ainda que essa relação seja pela diferenciação (o ‘nós’ e ‘o outro’).

O curioso é que em Cabo Verde “sem que o português desaparecesse, surgiu uma língua mestiça com uma estrutura autónoma e com uma vivacidade, em termos de informalidade comunicativa, que ultrapassa a do português” (VEIGA, 2013, p. 67). Fato este que marcaria uma história de resistência em favor da língua crioula no âmbito oral. Apesar de todo esse percurso, somente no século XX o crioulo conquistou o estatuto de língua materna e nacional (FREIRE, 2007, p. 24), por ocasião da independência de Cabo Verde (1975). Inegavelmente, “cada língua é um retrato do mundo, tomado de um ponto de vista diferente, e que revela algo não tanto sobre o próprio mundo, mas sobre a mente do ser humano” (PERINI, 2004, p. 52).

A resistência é fruto de escolhas que afetam diretamente o uso de uma determinada língua, bem como suas funções. Essas escolhas se sustentam, por um lado, em decisões políticas e, por outro lado, em decisões dos próprios falantes. Em outras palavras, as decisões que afetam os usos e as funções da língua partem de lados diversos e é essa dinâmica que elege esta ou aquela língua como sendo a mais importante para a vida dos falantes, seja no cotidiano ou em eventos oficiais. A resistência assume, dessa forma, diferentes facetas, o que pode ser demonstrado por meio do uso efetivo do crioulo mesmo com a oficialização do português em Cabo Verde. De um lado, os que resistem na certeza da necessidade de afirmação do pertencimento linguístico do Estado-Nação cabo-verdiano e, por outro lado, a imposição dos conservadores de uma identidade linguística exterior, a portuguesa (MARIANI, 2011). A resistência pode fundamentar suas afirmações tanto ao longo da história quanto em situações pontuais.

Assim, “é possível que a intervenção humana [...] aja sobre a demanda social para justificar a oferta linguística: se dois grupos reivindicam, digamos que por razões identitárias, o direito a suas línguas, essas línguas tem então, ipso facto, um papel e um lugar na sociedade” (CALVET, 2007, p. 35). Desta feita, toda intervenção possui efeito social e político, já que o político é sempre da ordem do conflito, da disputa (MARIANI, 2011). Intervir significa manter ou não determinado uso de uma determinada língua sob o ponto de vista das funções legalizadas. Calvet (2007, p. 69) afirma que as intervenções se dão sob dois viés: o *in vivo* e o *in vitro*. Sendo que a primeira “refere-se ao modo como as pessoas resolvem os problemas de comunicação com que se confrontam cotidianamente”. A segunda diz respeito aos linguistas que as análises de situações linguísticas feitas pelos linguistas e, posteriormente, os políticos estudam e escolhem dentre essa hipóteses e as aplicam (CALVET, 2007).

A situação linguística que caracteriza o território cabo-verdiano exemplifica a questão da gestão *in vivo* e *in vitro*, uma vez que tanto os falantes quanto os políticos regulam os usos e as funções das línguas que coabitam Cabo Verde. Os falantes regulam a valoração da língua nacional, como sendo a mais importante para a vida cotidiana. Esse exemplo consegue mostrar na prática o que afirma Calvet (2011) sobre a gestão *in vivo*, já que os próprios falantes decidem pela manutenção e a valoração da língua nacional. E esta defesa resultou na não aniquilação do crioulo cabo-verdiano, uma vez que a ideia da colonização era a de unificar o país linguisticamente sob a língua do colono português.

A gestão *in vitro* decide por uma língua, o português, que nem sempre aparece na vida cotidiana dos falantes cabo-verdianos. Dessa forma, essa decisão tomada pelo Estado revela uma inconsistência com a realidade de muitos falantes, dada o número de pessoas que não a lê (CALVET, 2011).

Em relação as intervenções *in vitro*, as escolhas que as configuram se concretizam em forças normativas e coercitivas cuja aplicação é imposta aos falantes. Importa dizer que estas decisões resultam em documentos constitucionais (leis, decretos e resoluções). Estes, efetivamente, têm efeito sobre as funções da língua (CALVET, 2011).

Estamos a falar da coexistência de duas línguas que possuem, igualmente, importância para a vida dos cabo-verdianos, isso porque o português e o crioulo servem os falantes, atendendo as suas necessidades cotidianas. É visível a relação que as duas línguas mantêm com a comunidade cabo-verdiana. Tanto o português quanto o crioulo dominam uma parte da vida dos falantes em Cabo Verde, claro que o crioulo ocupa a maior parte dos eventos comunicacionais desses falantes.

O que existe, nesse contexto, são políticas linguísticas internas e externas que viabilizam a valoração de uma determinada língua. Claro que as políticas internas diferem das externas por visarem a promoção e a manutenção da língua do cotidiano, com foco no uso funcional que ela exerce no cotidiano dos falantes. Enquanto as políticas externas coadunam decisões que afetam diretamente as funções das línguas, as políticas internas reivindicam a elevação do idioma que lhes parecem representativas da própria cultura que partilham. Essas ações reclamam a defesa pelo sentimento de pertença “a” em contraponto com o sentimento do não pertencer.

Situações como estas implicam um conflito estruturado ora pela resistência, ora pela adequação ou renovação, em que as decisões são definidas pela força que daí se sobressai. As escolhas motivadas por questões políticas recobrem as relações de poder, isto é, as decisões políticas estão pautadas em atos políticos de instâncias superiores e aí temos uma representação de cima para baixo (*Top down*), em que essas escolhas são coercitivas.

Nem sempre as políticas linguísticas se apresentam como escolhas, ações e/ou decisões positivas, uma vez que quando os superiores decidem-se por uma determinada língua em detrimento de outra que na maioria das vezes não é a língua efetiva dos falantes da comunidade, impondo-a como língua provável para a ascensão social, acabam reclamando o uso de um idioma que para os falantes não é a representação linguística e identitária da sua cultura. E representando a cultura do falante, a língua o representa também. Nesse sentido, a conotação dessas escolhas soam como negativas, a priori. Claro que nenhuma língua está imune as coordenadas locais e, com isso, acaba fazendo parte da cultura do local no qual se encontra em atuação, a partir do momento que adquirir espaço considerável na vida cotidiana desses usuários, sendo que nesse contexto a conotação é positiva.

Diante do exposto, é pertinente dizer que o português quando imposto aos cabo-verdianos como língua de instrução exprimi uma conotação negativa, no sentido que esta não serve os falantes na maior parte do seu tempo comunicacional e não representa a afetividade materna. Mas, se por outro lado, ela for vista como uma imposição necessária para, por exemplo, facilitar a comunicação exterior, facilitando inclusive o comércio, a conotação negativa passa a ser positiva. Já o fato de os documentos oficiais considerarem a língua portuguesa como oficial em Cabo Verde em detrimento da língua nacional soa também como uma decisão negativa, no sentido em que a cabo-verdiana é merecedora de tal estatuto, até porque é a língua com mais efetividade na vida dos falantes, porém não ocupa a mesma função do português. Diante disso, é viável a luta pela oficialização da língua cabo-verdiana, pois é nítida a importância de ambas as línguas para a comunicação em situações diversas na vida dos cabo-verdianos.

Portanto, as ações sobre a(s) língua(s) só fazem sentido se compreendidas em sua relação com a realidade social e política que regem a comunidade linguística em causa. Assim, é fácil entender que “a política linguística engloba uma vasta gama de atividades” e envolve tanto “as políticas locais ou pontuais” quanto “às políticas mais complexas e organizadas pelas autoridades governamentais” (RAJAGOPALAN, 2011, p. 127). A política linguística é também uma forma de o “Estado agir nacionalmente com seus aparelhos jurídicos” (MARIANI, 2011, p. 242), pois essas ações determinam as funções que devem ser atribuídas a cada língua. A oficialização do português em detrimento do crioulo cabo-verdiano é reflexo, ainda, de uma visão que a vê, talvez como minoritária em relação ao valor material. Sabemos da existência do projeto que busca a sua oficialização, mas até que isso se concretize o português continua a se sobrepor ao crioulo, ainda que no âmbito das funções exercidas.

Minoria no âmbito da oficialização, o crioulo é a maioria no âmbito do uso. Situação esta que nos apresenta uma dualidade considerável e que confirma que os falantes como decisores atuam com muita eficiência, porque se assim não o fosse o crioulo já teria deixado de existir e não ocuparia um lugar tão privilegiado na vida deles, faltando apenas a efetiva decisão dos governantes em colocá-lo como, também, língua de instrução ao lado do português. Consideramos que as línguas minoritárias são

aquelas faladas por grupos de pessoas num país que tem por oficial uma língua diferente, isto é, são línguas naturais, não criadas artificialmente, tradicionalmente usadas por parcelas da população de um país, e que não se confundem com dialetos da língua oficial. A grande maioria das línguas existentes no mundo encontra-se nessa situação (FERRAZ, 2007, p. 45).

É esse cenário que abriga a situação linguística de Cabo Verde, onde atuam o português como oficial e o crioulo como língua nacional e materna. Não se trata de

aniquilar o português, até porque este também desempenha funções importantes na vida dos falantes cabo-verdianos, mas se trata de valorar o crioulo como idioma oficial. E, por fim, importa dizer que a situação sociolinguística de Cabo Verde reclama políticas diferentes que contemple as necessidades respectivas aos usos e as funções tanto do crioulo cabo-verdiano quanto do português.

4. A OFICIALIZAÇÃO DA LÍNGUA CABO-VERDIANA: DA INFORMALIDADE À FORMALIDADE

Por ser efetivamente usada, a língua cabo-verdiana merece reconhecimento no âmbito formal, visto que o seu alcance na vida dos cabo-verdianos se apresenta significativamente. Essa situação é peculiar e difere sociolinguisticamente Cabo Verde das demais comunidades luso-africanas. Isso se deve também a dinâmica social e histórica que constitui o arquipélago: a miscigenação. Resultante desse processo, o crioulo é a própria expressão dos cabo-verdianos, bem como sedimentado como parte da cultura de Cabo Verde.

Ao passo que o crioulo passou a ter estrutura gramatical própria, foi-se autonomizando. O que o conferiu características específicas em níveis fonológicos, sintáticos, morfológicos etc. Mendes (2009, p. 20) afirma que o crioulo cabo-verdiano “é uma língua autônoma, com estrutura sintática própria, e em relação ao português, deixa sobressair a diferença nos marcadores de negação, uma componente lexical e morfológica inconfundíveis com qualquer outra, é distinta mesmo no que deriva do seu substrato”.

De acordo com Veiga (2004), o crioulo é único e se atualiza em variantes. Daí a sua importância como língua da comunicação nacional, dado ser ele o promotor da comunicação nacional, por meio do qual os cabo-verdianos se entendem mutuamente. A ascensão do crioulo cabo-verdiano rumo a oficialização tem sido gradativa, pois

Hoje, o Crioulo é utilizado em quase todas as situações de comunicação: em casa, na rua, no pátio da escola, nas festas familiares e públicas, nos discursos políticos e campanhas eleitorais, nas confissões e nos sermões religiosos, até no ensino do catecismo, sempre que se pretenda assegurar que uma dada mensagem seja, de facto, apreendida pelo destinatário cabo-verdiano. Em momentos solenes, como as reuniões parlamentares, o uso da língua cabo-verdiana é dos exemplos de ocupação de espaços, onde apenas circulava o Português, outrora. Consta das actas da Assembleia Nacional, que anexamos, intervenções dos deputados, quer em língua cabo-verdiana quer em língua portuguesa e muitas vezes é o mesmo deputado, dotado de competência bilingue, que intervém ora numa língua ora noutra (MENDES, 2009, p. 27)

Mas para ser oficializada uma língua precisa, de acordo com critérios legais, passar da fase, apenas, oral para a fase, também, escrita. Ou seja, é preciso normalizar

a sua estrutura para que assim possa ser inserida no âmbito formal, instrucional. No entanto, o crioulo desde a proposta do “Alfabeto do Chapéu”, por ocasião do Colóquio do Mindelo (1979), tem sido alvo do desejo de oficialização.

Desde então, buscou-se, cada vez mais, o aperfeiçoamento da proposta, modificando-a (1989) aos desejos dos decisores, o que culminou na padronização do Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano - ALUPEC (1993), que foi aprovado em 2009. Esses avanços não significam que todas as necessidades gráficas do crioulo teriam sido sanadas por ele, correspondendo, na verdade, ao registro oral e não, necessariamente, ao registro gráfico da língua cabo-verdiana (CZOPEK, 2016). Apesar desses avanços, a proposta para a oficialização do crioulo em Cabo Verde não foi aprovada pelos parlamentares em 1999, quando se tentou de fato oficializá-la (ROSA, 2010; RAMOS, 2011).

A oficialização do crioulo tem sua conotação no sentido em “que este tornar-se-á uma ferramenta capaz de ser utilizada na educação, na administração, nos assuntos legais, no parlamento, na comunicação social, em situação de soberania na literatura e em todas as situações de comunicação formais com o país e na diáspora [...]” (ROSA, 2010, p. 49).

De acordo com o art. 9, inciso 2 da Constituição da República de Cabo Verde, “O Estado promove as condições para a oficialização da língua cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa”. Ou seja, existe uma promessa de que essa língua será oficializada, e que coexistirá em igualdade com o português no que diz a sua função como oficial. Em igualdade nesse quesito, porque no que diz respeito à eficácia comunicacional no âmbito nacional já o é em destaque em relação ao português. A sua oficialização é uma escolha política capaz de legitimá-lo e validá-lo pelas instâncias superiores. Essa decisão é mais que devida, pois a língua cabo-verdiana

é aprendida como primeiro instrumento de comunicação, desde a mais tenra idade, espontaneamente. Por isso é a língua materna dos cabo-verdianos, é a língua que os cabo-verdianos dominam melhor, a que satisfaz a necessidade de comunicação entre os membros da comunidade ou nação cabo-verdiana. É a língua de quase todos os cabo-verdianos e é ainda usada como segunda língua por descendentes de cabo-verdianos em outras partes do mundo, onde existem comunidades cabo-verdianas (SEMEDO; MARTINS; GOMES, 2015, p. 64).

De então, este caminho vem sendo trilhado e reforçado por resoluções que demonstram que não ficou no esquecimento a questão de tornar o crioulo oficial em Cabo Verde. Já que existe essa preocupação por parte do governo, por qual motivo, ainda, não se chegou a concretizar essa decisão? A resposta é, *a priori*, simples, se tivermos

em atenção que o processo de oficialização é sempre um processo de escolhas que partem da iniciativa de decisores superiores. Essas decisões nem sempre resultam de uma discussão harmônica e passiva, visto que são frutos de opiniões contrárias. Alguns concordam, outros não. Alguns levantam bandeira em favor da língua a ser legitimada e outros seguem em direção contrária.

A adesão à oficialização do cabo-verdiano pelos falantes cabo-verdianos é expressiva, por exemplo nas ilhas: Praia (69%) e no interior de Santiago (60%) conforme afirma Goreti (2007). Segundo Almada (2006, *apud* GORETI 2007, p. 38), a

oficialização será um simples reconhecimento do direito de todos os cabo-verdianos se exprimirem (oralmente e por escrito) em crioulo. Isso não significará que, se as pessoas quiserem continuar a exprimir-se em português (a outra língua oficial), não o possam fazer. Simplesmente, dar-se-á liberdade a cada um para utilizar, conforme entender e souber, o “crioulo” ou o “português”. E deixar-se-á de “torturar” as pessoas, “obrigando-as” a terem que falar português, mesmo quando, francamente, não o dominam nem se sentem à vontade para o fazer, como tantas vezes acontece, sobretudo nas cerimónias e actos públicos e oficiais!

É importante ressaltar que o lugar reivindicado para o crioulo cabo-verdiano não depende da aniquilação ou marginalização do português, mas de ações concretas e legais que a coloque em lugar, igualmente, privilegiado como a que ocupa o português, de modo que sua atuação seja solidificada por meio do bilinguismo funcional em todo o arquipélago. Assim sendo, “as duas línguas devem ocupar o mesmo patamar. Excepcionalmente, nas relações com o exterior, e por razões de ordem linguística, deve-se continuar a assegurar a comunicação na língua portuguesa” (GORETI, 2007, p. 50).

Em uma reflexão mais ampla, podemos dizer que o crioulo cabo-verdiano não se rendeu a dominação, mas se permitiu influenciar o português falado em Cabo Verde. A coexistência, não menos pacífica, entre ele e o português revela uma relação de afirmação da posição que cada um ocupa na realidade linguística de seus usuários. Ambos servem os cabo-verdianos e são partes da sua cultura, mas desempenham um papel específico nessa comunidade. Papéis esses que não se confundem, são bem definidos e delineados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos a discussão que propomos com este estudo, consideramos que pudemos avançar em nossas reflexões sobre o contributo dos estudos sobre a análise da situação do crioulo cabo-verdiano face a sua oficialização, bem como a sua ascensão gradativa como língua nacional e materna que está a caminho de se efetivar como língua da comunicação dentro e fora do território nacional entre os cabo-verdianos.

Contundo, é visível que a oficialização do cabo-verdiano será meramente para oficializa-lo, uma vez que este já se encontra em uso efetivo pela comunidade de Cabo Verde. Com isso, torna-se mais que necessária e pertinente a legalização do seu estatuto como oficial, porque na prática já o é. Exemplo disso é o seu uso em instâncias parlamentares, entre outras já consagradas, apesar da existência de forças contrárias que tentam subvertê-lo, mantendo-o apenas na informalidade.

Portanto, o crioulo cabo-verdiano tem desempenhado funções fundamentais e suficientes às necessidades dos seus falantes, mas precisa passar por um processo de descrição gramatical, capaz de sanar as necessidades institucionais e, assim, passar da condição de registro oral ao registro escrito também. A nossa intenção com este trabalho é em defesa de que a língua cabo-verdiana deva ocupar legalmente o lugar de oficial, reconhecimento legal, em paridade com o português, pois as duas línguas desempenham papéis importantes no cotidiano cabo-verdiano.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Nélia. *Processos de relativização e marcadores relativos em crioulo de Cabo Verde. Actas do XXI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 2006, pp 83-95.

ALMADA, D. H. **A oficialização da Língua Cabo-Verdiana**: pela Cultura e pela Identidade em defesa da caboverdianidade. Praia: Instituto da Biblioteca e do Livro, 2006, pp 17-27.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CALVET, L.-J. **As políticas linguísticas**. Tradução: Isabel de Oliveira Duarte; Jonas Tenfen; Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CZOPEK, N. De uma língua oral sem escrita à escrita de uma língua oral: o caso do crioulo cabo-verdiano das ilhas do Barlavento e Sotavento. **Etudes romanes de Brno**, Tchéquian. 1, p. 11-26, 2016.

DAHLET, V. Línguas minoritárias entre o simbólico e o político: o caso do crioulo nas Antilhas Francesas. **Língua e Literatura**, São Paulo, n. 24, 1998, p. 121-130.

DELGADO, Carlos A. **Crioulo de Cabo Verde**: situação Linguística da Zona do Barlavento. Praia: INLD, 2008.

FERRAZ, A. P. O panorama linguístico brasileiro: a coexistência de línguas minoritárias com o português. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 9, 2007, p. 43-73.

FIORIN, J. L. **Linguística?** Que é Isso? São Paulo: Contexto, 2013.

FREIRE, M. G. V. **O Ensino do Português (L2) A Partir do Cabo-verdiano (LM)**. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa) – Departamento de Língua e Cultura Portuguesa, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

GRUPO PARA A PADRONIZAÇÃO DO ALFABETO. **Propostas de Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do cabo-verdiano**. Praia. IIPC. 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução: Adelaine La Guardia Rezende *et.al.* 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LOPES, A. M. V. C. **As línguas de Cabo Verde: uma radiografia sociolinguística**. 2011. 586f. Tese (Doutorado em Linguística) – Pós-Graduação em Linguística Geral e Românica, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

LYONS, J. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Tradução: Marilda Winkler Averbug; Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

MARIANI, B. A redação do Código Civil: polêmica linguística, jurídica ou política? In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (Orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 237-257.

MENDES, A. F. **Referencial para o ensino em português língua segunda em Cabo Verde no contexto da oficialização da língua cabo-verdiana**. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa) – Departamento de Língua e Cultura Portuguesa, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

OLIVEIRA, M. F. **Um olhar léxico-semântico sobre o vocabulário regional em agruras da lata d'água de Jessier Quirino**. 2006. 105 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

PAULA, M. H. **Rastros de velhos falares: léxico e cultura no vernáculo catalano**. 2007. 521 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2007.

PERINI, M. A. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. Parábola, 2003.

RAMOS, J. **A Opinião dos Mindelenses Face ao Processo de Oficialização da Língua Cabo-verdiana em Cabo Verde**. 2011. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Sociologia) – Departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Universidade de Mindelo, 2011.

ROSA, J. **Discursos Linguísticos e Realidades nas Salas de Aulas**. Praia: Edições Uni-CV, 2010.

SEMEDO, V. M. E.; MARTINS, A. A.; GOMES, M. A. R. C. Caminhos históricos da oficialização da língua cabo-verdiana. **E-hum Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 62-76, 2016.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Orgs.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

SIQUEIRA, G. M. Relações lexicoculturais no campo trabalho. In: PAULA, M. H. (Org.). **Língua e Cultura: estudos de léxico em perspectiva**. Goiânia: Gráfica UFG, 2015. p. 21-48.

SOUSA, S. C. T.; ROCA, M. D. P.; PONTE, A. S. **Temas de política linguística no processo de integração regional**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

VEIGA, M. **O Crioulo de Cabo Verde: introdução à Gramática**. Praia. Instituto Cabo-Verdiano do Livro (ICL). 1995.

VEIGA, M. (Org). **Actas I Colóquio Linguístico sobre o Crioulo de Cabo Verde**. Praia. INIC. 2000a.

VEIGA, M. **O cabo-verdiano em 45 lições**. (Estudo sociolinguístico e gramatical). Praia: Instituto Nacional Promoção Cultural (IPC), 2002.

VEIGA, M. **A construção do Bilinguismo**. Cabo Verde: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004.

VILELA, M. O cabo-verdiano visto por cabo-verdianos: ou contributo para uma leitura da situação linguística em Cabo Verde. **Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas**, Porto, v. 22, n. 2, p. 633-653, 2005.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Patricia Vasconcelos Almeida - Pós doutora em Linguagem e Tecnologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora associada da Universidade Federal de Lavras (UFLA), atuando na graduação em Letras e na pós graduação nos programas de Educação (mestrado profissional) e de Letras (mestrado acadêmico). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq - Tecnologias e Práticas Digitais no ensino-aprendizagem de línguas. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Inglesa, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de professores, ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras mediado pelas tecnologias digitais, tecnologia educacional, ambientes virtuais de aprendizagem.

Mauriceia Silva de Paula Vieira - Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Associada da Universidade Federal de Lavras (UFLA), atuando na graduação e na pós graduação. Possui experiência docente na educação básica, na formação continuada de professores alfabetizadores e de professores de língua portuguesa. Suas pesquisas se inserem nas seguintes áreas: ensino de língua portuguesa; leitura e práticas de letramentos; letramento digital e uso de tecnologias; análise linguística/semiótica em perspectiva funcionalista.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 14, 16, 17, 18, 20, 36, 37, 40, 41, 45, 47, 49, 50, 78, 86, 87, 89, 92, 94, 222,
Argumentação 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 251, 252
Arte 22, 26, 27, 28, 30, 32, 36, 53, 61, 105, 136, 151, 152, 157, 163, 221, 258, 262
Avaliação 1, 2, 3, 11

B

Blog 22, 45, 110, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122

C

Câmara Cascudo 123, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136
Classificação e construção 96
Colaborativa 21, 22, 24, 69, 86, 91
Combinações sintagmáticas 193, 194, 200
Crioulo cabo-verdiano 225, 226, 227, 229, 230, 231, 233, 234, 236, 237
Cultura 5, 9, 10, 17, 26, 27, 28, 30, 36, 44, 57, 61, 64, 78, 79, 82, 85, 92, 125, 129, 130, 131,
134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 148, 149, 157, 162, 163, 210, 224, 225, 226, 227,
228, 229, 232, 234, 236, 237, 238, 242, 255, 263

D

Dialogismo 74, 81, 84, 205, 218
Diário 25, 29, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 258, 259, 262

E

Educação feminina 253, 258
Elementos neoclássicos 165, 166, 167, 168, 172, 173
Enfoque 71, 77, 151, 152, 205, 208, 212, 213, 222
Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 36,
37, 38, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 62, 63, 64, 69, 70, 73, 74, 78, 81, 84, 86, 87,
88, 89, 94, 110, 122, 173, 190, 219, 221, 222, 234, 237, 238, 251, 255
Escrita feminina 112, 253
Estesiológica 25, 28, 36
Estilo 20, 74, 81, 84, 96, 97, 100, 108, 133, 242, 243
Estratégias argumentativas 240, 244, 246, 249

Experiencia 3, 18, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 36, 37, 38, 42, 49, 50, 51, 68, 78, 106, 139, 141, 142, 143, 145, 147, 151, 152, 153, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 228, 253, 261, 263

F

Facebook 22, 110, 111, 118, 119, 120, 121, 122

Fanfictions 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84

Formação de palavras 165, 166, 167

Frases idiomáticas 2, 9

G

Gastronomia 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 36, 37

Gêneros textuais 19, 44, 45, 51, 66, 69, 96, 110, 112, 117, 122, 189

Grafema-fonema 175, 176, 177

H

Hermenêutica 151, 152, 153, 156, 158, 160, 161, 162, 164

I

Internet 20, 45, 48, 49, 50, 56, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 90, 92, 95, 108, 110, 111, 112, 115, 116, 120, 121, 169, 189, 205, 206, 242

L

Leitura 20, 22, 27, 43, 44, 45, 51, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 84, 85, 90, 110, 111, 113, 116, 120, 124, 175, 177, 178, 181, 185, 189, 190, 224, 239, 251, 259, 264

Leitura e escrita 44, 74, 77, 78, 81

Letramento digital 14, 16, 20, 21, 24, 38, 43, 44, 45, 47, 51, 52, 86, 87, 89, 93, 94

Libras 138, 139, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150

Linguagem 4, 5, 9, 12, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 28, 44, 72, 86, 88, 90, 91, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 106, 108, 111, 113, 116, 117, 119, 120, 126, 135, 136, 139, 140, 141, 174, 178, 185, 193, 194, 195, 200, 205, 206, 209, 210, 211, 212, 214, 217, 218, 221, 222, 223, 225, 229, 238, 242, 244, 246, 247, 251

Língua minoritária 225, 229

Língua oficial 6, 7, 225, 229, 233, 236

Língua Portuguesa 1, 2, 5, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 51, 62, 64, 73, 95, 110, 137, 139, 142, 147, 169, 173, 174, 175, 179, 190, 198, 212, 230, 233, 234, 235, 236, 238

Linguística Textual 62, 64, 71, 73, 126, 136, 205, 209, 215, 222, 223, 251

M

Mediatização 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61

Metáfora 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 212

Morfologia 8, 149, 165, 166, 173, 180, 182, 204

Multiletramentos 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24

N

Narratividade 53, 54, 57, 58, 60

Nísia Floresta 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263

Nordeste 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 152, 164, 254

P

Padrões formativos 192, 193, 194, 202

Parâmetros Curriculares Nacionais 62, 63, 64, 65, 70, 73

Petições iniciais 240, 241, 242, 243, 247, 250, 251

Português brasileiro 136, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 189

Português Europeu 2, 6

Processos educativos 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59

Profissionalização 38, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 50, 51

R

Referenciação semiotizada 205, 206, 208, 213, 214, 215, 217, 219, 220, 222

Representações discursivas 123, 125, 126, 127, 128, 129, 135, 136, 137

Rupturas 38, 59, 111, 259

S

Semiótica 16, 17, 22, 53, 54, 86, 88, 91, 95, 140, 223

Sílaba 19, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 189

T

Teatro 12, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 36, 37

Terminologia 107, 169, 193, 195, 198, 203, 204

Texto 5, 7, 16, 17, 18, 19, 22, 24, 25, 40, 44, 47, 48, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 86, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 108, 110, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 135, 136, 137, 145, 146, 149, 152, 157, 175, 176, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 189, 191, 196, 197, 205



**EDITORA
ARTEMIS**